

RELATÓRIO DO BIÊNIO 2013 | 2014

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO





RELATÓRIO DO BIÊNIO 2013 | 2014

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE PERNAMBUCO**

A CASA DE TODOS OS PERNAMBUCANOS



RELATÓRIO DO BIÊNIO 2013 | 2014





MENSAGEM DO PRESIDENTE

DEPUTADO GUILHERME UCHOA

A celebração dos 25 anos de promulgação da Carta Magna de Pernambuco, em novembro de 2014, foi um evento emblemático do último biênio. A data nos remete à importante missão deste Parlamento: elaborar os direitos e deveres que regem a vida do povo pernambucano. Missão essa que motivou mais um período de intensos debates no Plenário e nas Comissões da Casa Joaquim Nabuco.

O presente Relatório de Gestão documenta as principais ações da Assembleia Legislativa, tanto no âmbito da elaboração das leis, quanto na esfera administrativa, com a valiosa contribuição de nosso quadro de servidores. Vivemos um período de iniciativas arrojadas, a exemplo da instituição da Consultoria Legislativa.

Direito Constitucional, Administrativo e Eleitoral, Orçamento Público e Desenvolvimento Econômico estão entre as especialidades do novo setor, idealizado para prestar apoio técnico aos deputados. O grupo foi formado a partir da convocação dos aprovados no concurso público realizado pela Alepe, em 2014, e organizado pela Fundação Carlos Chagas.

É com muito orgulho que compartilhamos essas ações com o povo pernambucano, prestando contas dos atos do Legislativo Estadual. Nosso objetivo é dar transparência aos esforços parlamentares em diversas frentes, seja na defesa de causas como a descentralização do Poder Judiciário, concretizada este ano pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco, seja na mobilização nacional para ampliar o poder de legislar das Assembleias Estaduais.

A aproximação entre a Casa e o cidadão é um objetivo constante que se fortaleceu em 2013, com a criação da Ouvidoria da Alepe. O órgão, subordinado à Presidência, tem a finalidade de implementar ações necessárias ao pleno acesso à informação no âmbito do Parlamento Estadual. A exemplo dessa iniciativa, o Relatório de Gestão também atende à nossa obrigação constitucional de oferecer à sociedade meios de conhecer o Poder que a representa.

MENSAGEM DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO

DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO

Com sentimento de dever cumprido e grande satisfação, apresentamos o resultado de nossa atuação na Assembleia Legislativa de Pernambuco, no biênio de 2013-2014. Resultado esse que representa uma busca diária pelo fortalecimento da Casa Joaquim Nabuco, tanto em seus recursos humanos, representados pelos servidores, quanto em sua estrutura física. Representa um esforço conjunto de todos os parlamentares que compõem a Mesa Diretora - da qual fui primeiro-secretário -, que contam com o primordial apoio do presidente Guilherme Uchoa.

Dentre as ações desse biênio, destacamos a realização do concurso público que permitiu o ingresso de cem novos servidores em 2015. A iniciativa veio acompanhada de uma reforma administrativa que possibilitou uma economia de R\$ 300 mil mensais para o Legislativo Estadual.

Como parte integrante da reestruturação da Casa, merece destaque, ainda, a criação da Ouvidoria, que aproxima a Assembleia da população; e da Consultoria Legislativa, que permitirá o aperfeiçoamento do trabalho realizado pelo parlamentar pernambucano.

Outra iniciativa a ser ressaltada é o aumento dos investimentos na área de tecnologia, que otimiza o funcionamento do Legislativo. Além disso, ainda nesse biênio, pudemos sediar a Conferência Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais, que trouxe como tema **Os Desafios para o Futuro que Queremos**.

Essas e tantas outras conquistas alcançadas ao longo da nossa gestão nos deixam muito honrados. Temos a convicção de que fomos pelo caminho certo na busca pelo melhor por Pernambuco.





PROJETOS ESPECIAIS DO BIÊNIO



PROJETOS ESPECIAIS DO BIÊNIO

NOVO PRÉDIO GABINETES PARLAMENTARES

Nos últimos dois anos, o empenho da Mesa Diretora da Assembleia para entregar o novo edifício do Poder Legislativo Estadual foi enorme. O prédio, que recebeu o nome de Deputado João Negromonte, segue a mesma formatação estrutural do Anexo I – Edifício Nilo Coelho –, com seis andares. O projeto arquitetônico é assinado pelo arquiteto Carlos Fernando Pontual. O edifício, construído na Rua da União, abriga os gabinetes dos 49 parlamentares que compõem a Casa Joaquim Nabuco. São salas padronizadas com 62m² de área útil e móveis planejados. A construção segue todas as normas de acessibilidade e de sustentabilidade. O sistema de climatização unificado de alta eficiência, que desliga automaticamente quando identifica não haver ninguém no local, vai gerar uma economia de 35% no custo da energia.

Para a construção do novo Plenário e do prédio dos gabinetes, foram investidos cerca de R\$ 36 milhões (recursos próprios da Assembleia). Com a entrega dos novos gabinetes, será possível iniciar a reforma interna e externa do Anexo I, adequando o local para o funcionamento dos setores administrativos da Casa. Dessa forma, imóveis alugados serão devolvidos e isso vai gerar uma economia financeira significativa para o Legislativo.





CONCURSO PÚBLICO

Prestes a completar 180 anos de história, a Assembleia Legislativa de Pernambuco sempre busca estar à altura da evolução do Estado. Em fevereiro de 2014, a Casa Joaquim Nabuco lançou concurso público para o preenchimento de cem vagas do seu quadro efetivo de servidores. Coube à Fundação Carlos Chagas elaborar as provas do certame, que teve um total de 41.719 inscritos em todo o País. A seleção representou um avanço na atividade parlamentar e administrativa, trazendo para a Alepe profissionais com perfil adequado aos novos desafios da instituição.

Uma das inovações foi a criação da Consultoria Legislativa. O novo setor conta com 25 servidores, que atuam em sete áreas temáticas voltadas ao assessoramento de todas as etapas do processo legislativo e da atuação dos deputados. A função de consultor com especialidade em Direito Constitucional, Administrativo e Eleitoral, por exemplo, atraiu 2.804 candidatos, obtendo a maior concorrência entre os cargos de nível superior. Outro destaque foi a área de Comunicação, dividida em quatro segmentos – Mídia Impressa, Rádio, TV e Mídias Digitais – com um total de 20 vagas.

A seleção ainda contou com sete vagas para a área de Informática, quatro para Contabilidade, duas para Engenharia Civil e duas para Biblioteconomia. Já a administração da Alepe ganhou um reforço de 40 cargos de agente legislativo, distribuídos em vários setores da Casa. Os agentes realizam atividades de nível médio, a exemplo da elaboração e conferência de cálculos, digitação, envio e arquivamento de documentos. Como determina a legislação, a inclusão social foi garantida por meio da reserva de cargos para candidatos com deficiência, nas funções com o mínimo de cinco vagas. Os novos servidores tomaram posse no dia 6 de janeiro de 2015, no Plenário da Alepe (foto).

DATAS ESPECIAIS

MEDALHA 25 ANOS DA CONSTITUIÇÃO

A Casa Joaquim Nabuco comemorou, em Reunião Solene, na noite de 19 de novembro de 2014, os 25 anos de promulgação da Constituição Estadual. Na ocasião, foi entregue a Medalha Comemorativa aos parlamentares constituintes de 1989 e aos representantes das famílias dos já falecidos.

Entre os constituintes de 1989, foram agraciados quatro ainda com mandato na Casa Joaquim Nabuco: os deputados Augusto César (PTB), Henrique Queiroz (PR), Marcantônio Dourado (PSB) e Mavíael Cavalcanti (DEM). Também receberam a comenda dois servidores do Legislativo Estadual: Ana Olímpia Severo, secretária-geral da Mesa Diretora; e José Carlos Nascimento de Santana, assessor da Comissão de Agricultura.

Reportagem em vídeo sobre o tema, produzida pela Superintendência de Comunicação Social, com o apoio da Superintendência de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo, foi exibida no Plenário. Cópias em DVDs foram entregues aos homenageados. O Quinteto da Orquestra Criança Cidadã também participou da cerimônia.





PRÊMIO PREFEITURA AMIGA DA MULHER

Reconhecer o desempenho de prefeitos em políticas públicas direcionadas à igualdade de gêneros. Esse é o objetivo do Prêmio Prefeitura Amiga das Mulheres, concedido pela Assembleia Legislativa de Pernambuco, em parceria com a Secretaria Estadual da Mulher.

Entregue anualmente no mês de março, a homenagem é concedida a quatro municípios, contemplando a Região Metropolitana do Recife, Zona da Mata, Agreste e Sertão. Os agraciados são escolhidos a partir do quantitativo de mulheres ocupando cargos no primeiro escalão e da execução de ações em benefício da população feminina. Melhoria no atendimento à saúde da mulher, enfrentamento à violência de gênero, elevação da escolaridade e da qualificação profissional feminina são algumas das iniciativas avaliadas.

Em 2014, primeiro ano em vigor, os premiados foram os prefeitos de Jaboatão dos Guararapes, Elias Gomes, representante da Região Metropolitana; de Condado (Zona da Mata), Sandra Félix da Silva; de Caruaru (Agreste), José Queiroz; e de Petrolândia (Sertão), Lourival Simões.

Os homenageados foram escolhidos por uma comissão julgadora formada por membros da Secretaria Estadual da Mulher e da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Assembleia Legislativa.

DESTAQUES
EVENTO



XVII CONFERÊNCIA NACIONAL

DOS LEGISLADORES E LEGISLATIVOS ESTADUAIS

21 a 24 de maio de 2013 - Recife/PE

Os desafios para o futuro que queremos

Realização



Apoio



Patrocínio



Tractebel Energia
GDF SUEZ



UNALE NO RECIFE

A União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (Unale) amplia a atuação política estreitando as relações nas três esferas de Poder que sustentam a democracia. A entidade representa os deputados estaduais e as 26 Assembleias Legislativas e a Câmara Legislativa do Distrito Federal. Um dos destaques no biênio 2013-2014 foi a realização, em Pernambuco, da 17ª Conferência Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (CNLE), com o objetivo de promover discussões e o intercâmbio de experiências visando fortalecer o Poder Legislativo.

A Conferência da Unale aconteceu no Centro de Convenções, em Olinda. Sediado pela segunda vez no Estado, o evento foi realizado em parceria com a Assembleia Legislativa de Pernambuco, com o tema **Os Desafios para o Futuro que Queremos**. Durante o encontro houve debates, palestras, seminários e diversas atividades simultâneas. Foram quatro dias de programação, com cerca de 1.400 participantes, entre os quais 272 parlamentares de diversos Estados brasileiros, além de delegações internacionais.



MUDANÇAS NA AJUDA DE CUSTO PARLAMENTAR

Um dos grandes avanços da Assembleia Legislativa de Pernambuco no biênio 2013-2014 foi a modificação da regra do pagamento da ajuda de custo dos deputados estaduais. Por iniciativa dos próprios parlamentares, o recurso, previsto no artigo 44 do capítulo VI do Regimento Interno da Casa, teve a redação alterada pelo artigo 1º da Resolução nº 1170, de 18 de abril de 2013. Com a medida, a Casa Joaquim Nabuco adotou o modelo do Congresso Nacional, passando o valor a ser pago em duas parcelas: no início e no final da legislatura.

A alteração regimental promoveu uma economia de 75%, pois cada parlamentar recebia, ao longo dos quatro anos de mandato, um total de oito ajudas de custo e agora recebe apenas duas, ou seja: 25% do que era anteriormente. A economia chega perto dos R\$ 6 milhões.

De acordo com o Regimento Interno da Casa, considera-se ajuda de custo a compensação de despesas imprescindíveis ao comparecimento à Sessão Legislativa Ordinária, período que compreende um ano. O valor da ajuda de custo é igual ao do subsídio mensal recebido pelo parlamentar, fixado por meio de projeto de lei de iniciativa da Mesa Diretora, e obedece a critério previsto na Constituição do Estado de Pernambuco.





PROJETO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

A Assembleia Legislativa deu mais um passo importante para efetivar a participação popular no Parlamento Estadual, por meio da Resolução nº 1203/2013. A matéria permite a associações, órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil enviarem projetos de lei à Alepe.

A responsabilidade de receber as matérias enviadas pela sociedade é da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. Para que possa cumprir essa missão, a lei alterou a redação dos artigos 92 e 105 do Regimento Interno da Casa, determinando que o colegiado passasse a se chamar Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular.

A ideia é que a Comissão sirva de canal entre a sociedade e o Legislativo. Após chegarem ao colegiado, os projetos serão enviados à Secretaria Geral da Mesa Diretora e à Comissão de Justiça, para que seja avaliada a constitucionalidade.

Entretanto, a atuação dos órgãos representativos da sociedade civil deve observar os limites legais, pois a Assembleia só pode legislar no âmbito do Estado de Pernambuco e sobre projetos que não gerem despesas para o Governo.

Um exemplo de iniciativa popular resultou no Projeto de Lei nº 2057/2014, alterando a Lei nº 14.863, de 2012, que institui o Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura e redefine o Comitê Estadual de Combate e Prevenção à Tortura no Estado de Pernambuco. A ação partiu do próprio comitê, formado por várias instituições.

SEMINÁRIO DE FORMAÇÃO POLÍTICA

Em abril de 2013, a Assembleia Legislativa realizou o II Seminário de Formação Política. Por meio da Escola do Legislativo, o evento contou com a participação de parlamentares, assessores e gestores do Legislativo Estadual e da Câmara Municipal do Recife.

A formação política foi o tema central do seminário, reunindo no auditório da Alepe especialistas que apresentaram palestras e estimularam debates como uma forma de reciclagem e atualização para os participantes.

A abertura do seminário, ministrada pelo cientista político e professor Clóvis Miyachi, sobre Formação Parlamentar, reforçou a importância da relação entre os Poderes Executivo e Legislativo. O palestrante elogiou o papel da Escola do Legislativo e do Parlamento Estadual em capacitar e estimular os seus servidores.

No segundo dia do evento, a palestra Lei de Responsabilidade Fiscal foi proferida pelo assessor contábil Ronald Coutinho. E, no encerramento, o tema abordado pelo procurador da Alepe Paulo Roberto Fernandes Pinto foi Assessoria Parlamentar. A primeira edição do Seminário de Formação Política ocorreu em 2007.



ALEPE DIGITAL

A Assembleia Legislativa de Pernambuco, numa realização da Superintendência de Comunicação Social em parceria com a Escola do Legislativo e o portal de notícias **O Nordeste**, promoveu, em agosto de 2013, o 1º Seminário Alepe Digital. O evento teve o objetivo de estreitar a relação da Casa Joaquim Nabuco com comunicadores e ampliar a divulgação de informações sobre a atividade parlamentar. As palestras foram realizadas no auditório da Alepe e direcionadas a radialistas e blogueiros que atuam no Estado. Oitenta profissionais estiveram presentes.

A apresentação central foi sobre **A Linguagem do Jornalismo Multimídia**, feita pelo jornalista Sidney Rezende, da Globo News, dono de um dos blogs mais acessados do País. De acordo com ele, a Internet permite o aumento do intercâmbio de informações, pois o leitor, muitas vezes, tem necessidade de complementar ou questionar as notícias. Para Rezende, vivemos um tempo de escolhas, com várias possibilidades. Ele defendeu que o Poder Legislativo deve utilizar novos formatos de comunicação a seu favor.

Os blogueiros e radialistas das várias regiões do Estado também conheceram o trabalho da Superintendência de Comunicação Social. O setor divulga as informações institucionais do Legislativo Estadual. Houve destaque, ainda, para uma mesa redonda com a participação de blogueiros pernambucanos que debateram sobre o mercado regional.



DESTAQUES

MEIO AMBIENTE



ALEPE SOCIOAMBIENTAL

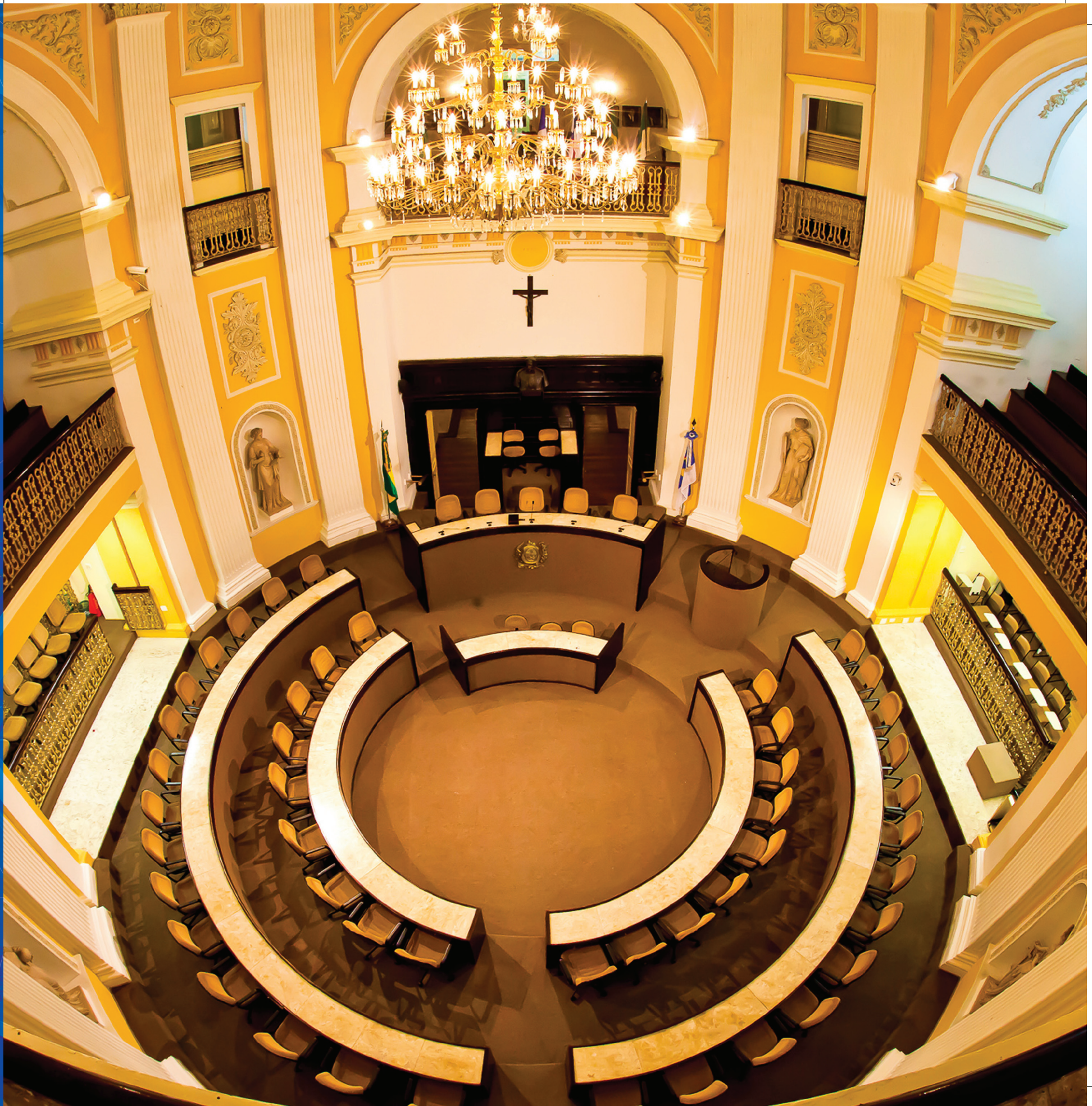
De olho nas práticas sustentáveis, a Assembleia Legislativa de Pernambuco continua investindo no Programa Alepe Socioambiental. Lançado na Casa em 2012, tem o objetivo de integrar o Poder Legislativo à Agenda Ambiental da administração pública.

Além das ações contínuas de conscientização dos servidores sobre a importância da coleta seletiva de resíduos, a Assembleia promove outras atividades, como passeios ciclísticos. O objetivo do passeio – que em 2014 entrou na terceira edição – é estimular na sociedade práticas que promovam o bem-estar e um bom relacionamento com o meio ambiente.

Intitulado **Pedalandando por um Mundo Melhor**, o evento reuniu em todas as suas edições milhares de ciclistas. Em 2014, a ação também promoveu oficinas, como a de saponificação, que ensinou a reaproveitar os óleos utilizados na cozinha. Já a oficina de horta urbana mostrou como cultivar uma pequena horta em apartamento. Foram distribuídas sementes de coentro e cebolinha, além de mudas de espécies da Mata Atlântica, como ipê, acácia, jatobá, jenipapo e pau-brasil. Outro destaque do Alepe Socioambiental foi o Espaço Criança, local onde os pais que participaram do percurso puderam deixar seus filhos. Os pequenos realizaram atividades lúdicas e aprenderam mais sobre respeito ao meio ambiente.



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

SUPERINTENDÊNCIA GERAL

A Superintendência Geral (Supger) coordena os atos administrativos do Parlamento Estadual com o olhar voltado para demandas sociais cada vez maiores. No último biênio, o setor acompanhou a execução da obra de maior porte realizada pela Assembleia em três décadas: a construção de dois prédios que vão abrigar o Plenário e o novo anexo com os gabinetes dos deputados. Por meio da iniciativa, a Alepe conquista instalações mais adequadas à dinâmica atual dos Parlamentos. E a população terá mais conforto e segurança em espaços que seguem conceitos de sustentabilidade e acessibilidade.

O intercâmbio com outras Assembleias foi intenso no último biênio, sobretudo durante a Conferência Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais de 2013, realizada no Recife. A organização do evento, que contou com 1.425 participantes, teve o apoio da Supger.

Para que o Legislativo Estadual continue evoluindo, a Superintendência Geral coordenou um concurso público em 2014, destinado ao provimento de cem vagas, sendo 60 para analista legislativo (nível superior) e 40 para agente legislativo (nível médio).

Continuar incentivando os servidores para que as metas institucionais sejam atingidas foi outro objetivo perseguido pelo setor, que viabilizou programas socioeducativos voltados aos funcionários da Casa.

A gestão pública moderna pressupõe a interação direta com o cidadão. Com essa finalidade, a Supger também realizou duas edições do passeio ciclístico do Programa Alepe Socioambiental. A ação reuniu mais de cinco mil pessoas, engajadas na preservação do meio ambiente e no combate à fome.

SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Com a atribuição de divulgar todas as atividades institucionais da Assembleia Legislativa, a Superintendência de Comunicação Social manteve o foco, no biênio 2013-2014, em reforçar a imagem positiva da Casa, aproximando-a cada vez mais da população. Esse trabalho foi feito, diariamente, pelos Departamentos de Imprensa, com o **Diário Oficial do Poder Legislativo**; de Rádio, com a **Rádio Alepe**; e de TV, com os programas **Quorum** e **Assembleia na TV Debate**, além das redes sociais.

Depois de lançar as páginas da Alepe no Facebook e Twitter, a Comunicação Social criou, no biênio, o perfil da Alepe no Instagram. Nessa rede, são divulgadas fotos da atuação parlamentar em Plenário, Comissões Técnicas Permanentes, Comissões Especiais Temporárias, audiências públicas, além de outras atividades institucionais.

A implantação do canal digital aberto da TV Alepe, por meio de parceria com a Câmara Federal, também avançou. Foram instalados os transmissores na estação da Empresa Pernambucana de Comunicação (EPC), no Morro do Peludo, em Olinda. Eles passaram por testes de alcance de sinal, realizados por técnicos da TV Câmara, e permitirão a exibição de programas em quatro canais digitais (61.1-TV Câmara Federal; 61.2-TV Alepe; 61.3-TV Senado; e 61.4-TV Câmara do Recife) para toda a Região Metropolitana do Recife. Cada emissora terá à sua disposição 24 horas de programação própria e independente.

Ainda no biênio, a superintendência promoveu o **1º Seminário Alepe Digital**, que reuniu cerca de 80 blogueiros e radialistas de todo o Estado. O objetivo foi estreitar a relação da Alepe com os comunicadores e ampliar a divulgação de informações sobre as atividades da Casa. A iniciativa foi realizada em parceria com a Escola do Legislativo e o portal de notícias **O Nordeste**. Outro destaque foi o lançamento da edição revisada da coleção **Perfil Parlamentar – Século XX**.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

A Superintendência de Planejamento e Gestão (Suplag) engloba a área de planejamento e finanças da Assembleia Legislativa. Ela é composta por quatro departamentos: Planejamento, Orçamento, Contábil e Financeiro.

As mudanças na estrutura organizacional da Alepe em 2013 alteraram, principalmente, as atribuições dos diversos setores da Suplag, que se adaptaram às inovações normativas – especialmente na contabilidade pública – e se prepararam para atender às demandas internas e externas da Casa.

O Setor Contábil se adequou às normas implementadas no Sistema de Execução Financeira do Estado (e-Fisco) no que diz respeito a contas a pagar, registros por competência, controle da tempestividade e patrimonial. Os servidores da Suplag participaram de cursos promovidos pela Escola do Legislativo, Escola Fazendária e outras instituições de capacitação nas áreas de interesse da superintendência.

Consultando os gestores da Casa, o Departamento de Planejamento Econômico e Financeiro desenvolveu atividades para o planejamento estratégico, formulação e acompanhamento das ações programáticas que compõem o Orçamento da Alepe.

Os processos ganharam maior celeridade com a adesão às formas de produção e tramitação eletrônicas de documentos implantadas pela Suplag no último biênio.

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS

Manter firme o propósito de atingir maior conhecimento e integração dos servidores, estabelecendo harmonia nas relações pessoais entre colaboradores e gestores. Essas são as metas da Superintendência de Gestão de Pessoas da Assembleia Legislativa. Ela é integrada pelos Departamentos de Gestão Funcional, Gestão de Remuneração e de Desenvolvimento Humano. Dentro do Departamento de Gestão Funcional – que, entre suas atribuições, coordena as tarefas referentes à aplicação da legislação de pessoal – também existem as Gerências de Cadastro Funcional e de Informação Funcional. Entre as atividades realizadas pelo setor, no biênio 2013-2014, estão o treinamento e capacitação em Informática, atualização da publicação no site da Alepe de atos, portarias, escalas e erratas de férias.

Já o Departamento de Gestão de Remuneração é responsável pelo pagamento dos deputados, servidores efetivos, aposentados, comissionados e à disposição. Ele é composto pelas Gerências de Remuneração de Ativos, Inativos e de Deputados. O início da operação do sistema de contracheques online foi uma das atividades realizadas pelo setor.

O Departamento de Desenvolvimento Humano tem o objetivo de planejar e desenvolver política de educação corporativa, desenvolver ações de integração e melhoria do clima organizacional, observando a política de gestão de pessoas. É formado pelas Gerências de Integração de Pessoas e de Gestão do Desempenho.

Diversas atividades foram realizadas em comemoração a datas festivas, como Dia da Mulher, Páscoa, Servidor Público, entre outras. Eventos como Outubro Rosa, Novembro Azul, Programa Saúde Alepe, apoio a atletas nas corridas Eu amo Recife e São Silvestre; homenagem aos servidores que completaram 40 anos de Casa; e a supervisão e acompanhamento do Coral Vozes de Pernambuco foram ações realizadas pelo departamento. Também foi feito o mapeamento dos servidores efetivos que participaram do Ciclo de Avaliação de Desempenho 2013-2014, em que 116 deles tiveram progressão de carreira.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

O trabalho desenvolvido pela Superintendência Administrativa (Supad) ao longo desses dois anos foi marcado por investimentos na estrutura e funcionamento da Alepe. O setor é formado por quatro departamentos e seis gerências que desenvolvem diversas atribuições e atendem às solicitações de demandas.

Nesse biênio, a superintendência fiscalizou a execução e acompanhou o cronograma das obras de construção dos edifícios do novo Plenário e do Anexo II (gabinetes parlamentares), que se encontram em fase de acabamento. Também foi de responsabilidade do setor a contratação de empresas de engenharia para elaboração de projetos de arquitetura e complementares, necessários para a reforma do Anexo I e a construção de passarela de ligação entre os Anexos I e II. A Supad ainda coordenou a reforma da Superintendência de Comunicação Social, incluindo a construção do estúdio de TV e sala de edição, além de melhorias no estúdio de rádio e da redação. Também foi responsável pela aquisição de materiais e de insumos necessários para o funcionamento administrativo, como a substituição de móveis de todos os setores e contratação de serviços; atendimento ao público em geral, recebimento de correspondências, distribuição de jornais e revistas.

Em junho de 2013, a Supad realizou ajustes no quadro de colaboradores, reduzindo o número de funcionários terceirizados em 25%, assim como fez nova licitação para contratação de outra empresa para realizar a prestação de serviços de acordo com a nova realidade administrativa da Casa.

Entre as atividades de responsabilidade da Supad estão a manutenção de todas as dependências da Casa; serviços de equipamentos, como máquina de xerox, plastificações e encadernações; limpeza, coleta de lixo comum e coleta seletiva; e apoio para a realização de eventos do Cerimonial.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

SUPERINTENDÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Ferramentas de comunicação mais rápidas para melhorar a divulgação da legislação e incremento e implantação de novas modalidades de comunicação do Poder Legislativo com a sociedade foram algumas das atividades da Superintendência de Tecnologia da Informação no biênio 2013-2014. Alternativas para ampliar a preservação de documentos, com novas soluções de agilidade nos processos legislativos, administrativos e de gestão de pessoal foram outras práticas.

A superintendência investiu em equipamentos para distribuir o sinal de TV Digital em canal especial, visando transmitir as Reuniões Plenárias nas dependências da Alepe. Um novo link foi adquirido junto ao Programa PE Conectado, do Governo do Estado, aumentando a velocidade de transmissão de dados para 80 megabytes.

Novos equipamentos de segurança e redundância agilizaram o uso da internet. Outros procedimentos ajudaram a melhorar a comunicação interna e o uso do correio eletrônico.

A digitalização de documentos foi aperfeiçoada a partir da aquisição de um software especial, capaz de fazer indexação e pesquisa do acervo documental da Superintendência de Recursos Humanos e

da Auditoria. A nova ferramenta facilitou ações para o levantamento de documentação de processos, com analistas acompanhando os diversos setores da Alepe e os principais processos internos. O material coletado permitiu propor melhorias imediatas e será base para futuros aperfeiçoamentos em rotinas de trabalho e sistemas de informação.

A tramitação legislativa e administrativa recebeu mudanças importantes, permitindo maior agilidade e controle. O novo Protocolo Eletrônico também incrementou o acompanhamento do trâmite de documentos físicos entre os diversos setores.

A Gestão de Pessoal passou a contar com novo sistema de consulta a contracheques pela Internet. A aplicação dessa tecnologia também melhorou os serviços de atendimento médico.

Novos sistemas de almoxarifado garantiram maior controle de estoque e também foi ampliado o controle patrimonial. O Suporte Técnico passou a contar com outras ferramentas de acompanhamento do processo de atendimento.

Ainda no biênio, solicitações ao setor de Serviços Gerais ganharam maior agilidade e novos equipamentos ampliaram a capacidade de armazenar arquivos eletrônicos. Outra aquisição importante foi um novo backup para aumentar a segurança dos sistemas informatizados.



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

SUPERINTENDÊNCIA MILITAR E DE SEGURANÇA LEGISLATIVA

A superintendência é responsável pelo planejamento e operacionalização dos esquemas de segurança dos eventos e demais atividades ocorridas na Assembleia Legislativa. O setor também faz o policiamento das instalações e áreas circunvizinhas e o acompanhamento parlamentar em atividades externas.

Fica a cargo da Polícia Legislativa o trabalho em campo nas visitas das Comissões da Alepe aos diversos municípios de Pernambuco e durante as Assembleias Itinerantes, projeto que muda a sede do Poder Legislativo para outra cidade do Estado por um determinado período.

Formada por 50 servidores pertencentes à Polícia Militar e ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado, a superintendência efetuou avanços no biênio 2013-2014. Entre as melhorias, destaca-se a aquisição de novos itens de proteção e organização, como escudos, capacetes, cones, fitas zebradas, barreiras plásticas, supercones, lanternas e *monolight* para sinalização noturna. A corporação também realizou alguns cursos de capacitação do efetivo, entre eles o de Instrução em Direção Defensiva para Automóveis e Motocicletas, que contou com a parceria da Escola do Legislativo.



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

SUPERINTENDÊNCIA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DO LEGISLATIVO

Com o objetivo de supervisionar a produção, conservação e acondicionamento dos documentos produzidos pela Assembleia Legislativa, além da preservação do Museu Palácio Joaquim Nabuco, a superintendência desenvolveu diversas atividades entre 2013 e 2014, para preservar e divulgar a memória do Parlamento Estadual.

Sempre com o compromisso de divulgar e valorizar a cultura pernambucana e o patrimônio arquivístico, histórico, arquitetônico e museal, o setor vem aprimorando suas atividades e seus funcionários para melhor atender aos parlamentares e à sociedade em geral. Integram a superintendência o Departamento de Arquivo e Preservação, e as Gerências de Arquivo Histórico e de Arquivo Corrente e Intermediário. Projetos como o Portas Abertas, que possibilita a visitação pública ao Palácio Joaquim Nabuco, a realização da 7ª Primavera de Museus e da IV Semana de Museus Palácio Joaquim Nabuco, exibição de poesias e de quadros de pintores renomados, além de exposições, a exemplo das mostras Memória do Futebol Contada na Caixinha de Fósforo e Arena de Futebol, no Salão Nobre do Palácio, integraram as iniciativas que movimentaram o setor nesses dois últimos anos.

COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS

A Cpad participou diretamente da criação da Associação Nacional de Gestores de Documentos, a Agedoc. E já na última Conferência da Unale, em maio de 2014, a associação realizou o I Fórum Permanente de Gestores, que aprovou a proposta do Legislativo Estadual de aplicar em todas as Assembleias a Tabela de Temporalidade Documental da Alepe. A iniciativa visa uniformizar as discussões sobre gestão de documentos públicos em conferências de legisladores.



A Agedoc também decidiu encaminhar emendas ao Orçamento de todas as Assembleias, para que possa desenvolver estudos e elaborar projetos visando à preservação da história documental. A nova associação tem a finalidade de estabelecer políticas públicas de proteção e disponibilização dos documentos e de adotar diretrizes de conservação, preservação e recuperação dos papéis.

A Cpad/Alepe aprovou ainda a redução da massa documental do Legislativo. Segundo o relatório da comissão, essa medida foi bem aceita, uma vez que foi expressiva a quantidade de papel retirada de circulação apenas com a eliminação de cópias de projetos às Comissões e emendas ao Orçamento. Como resultado da devassa na Gerência de Protocolo e Recepção, 35 mil documentos foram identificados, classificados e eliminados, finalizando o processo de identificação da massa documental.

Em dezembro de 2013, a comissão doou, por decisão da Mesa Diretora da Alepe, por meio de Convênio de Cooperação Técnica e Cultural, a sua coleção de periódicos do Jornal do Commercio para o arquivo central da Universidade de Pernambuco. E, por fim, a Cpad promoveu o curso de Formação em Gestão Documental, com três turmas.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



SECRETARIA GERAL DA MESA DIRETORA

Uma mudança na estrutura organizacional e administrativa da Assembleia Legislativa criou, em 2013, a Secretaria Geral da Mesa Diretora, antes chamada de Assistência Legislativa. O setor, subordinado à Presidência da Casa, é composto por três departamentos e dez gerências. Juntos, eles são responsáveis por assessorar a Presidência, a Mesa Diretora e as Comissões Permanentes e Temporárias para o pleno exercício de suas funções, assim como acompanhar e sistematizar os resultados de projetos, de modo a contribuir para que o Poder Legislativo desempenhe adequadamente sua missão institucional, entre outras atribuições.

O Departamento Técnico-Legislativo, responsável por prestar assistência às Comissões e aos deputados, é composto por cinco gerências: Serviços Auxiliares; Assistência ao Plenário e às Comissões; Apoio Técnico-Legislativo; Estatística e Expedição de Correspondência ao Plenário.

Durante o biênio, tramitou na Casa um grande número de proposições: ao todo foram 11.157. O setor enviou para publicação 3.331 pareceres, 8.831 indicações e 2.078 requerimentos. Também foram contabilizadas 423 reuniões, entre ordinárias, extraordinárias, solenes e de instalação. Foram registrados também 1.674 pronunciamentos e 901 apartes. Dos projetos de lei que passaram pela Casa, 532 são de autoria dos parlamentares; 61 da Mesa Diretora; 2 de autoria do Presidente da Assembleia; 311 do Poder Executivo; 16 do Judiciário; 9 do Tribunal de Contas; e 8 do Ministério Público.

O Departamento de Legislação Estadual, criado em 2014, é formado pelas Gerências de Cadastro, Pesquisa e Informação e a de Atualização da Legislação Estadual. Ao longo desse ano, foram inseridas 882 normas no Alepe Legis. Dos anos de 1981 a 1987, foram indexadas 1.374 normas jurídicas que já estão disponíveis para a consulta de qualquer cidadão. Para isso, o setor trabalhou também na atualização de 97 normas legais.

A Secretaria Geral também elaborou 17 pareceres legislativos e 18 administrativos, além do envio de 1.114 atos à publicação, redação de 289 Ordens do Dia, emissão de 13 certidões, redação de 71 despachos e 321 ofícios, além da confecção de 157 autógrafos de leis e de resoluções.

O Departamento de Documentação reúne as Gerências de Taquigrafia, Anais e Biblioteca. No biênio, foram produzidas 258 atas e gerados mais de 50 mil ofícios. O acervo de livros da Casa conta atualmente com 5.302 exemplares, sendo 5.185 títulos disponíveis para empréstimo.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

PROCURADORIA GERAL

A procedência da Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) nº 5.028, ajuizada pela Assembleia contra decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que alterava a quantidade de deputados federais e estaduais em 13 unidades federativas do País, foi destaque entre as iniciativas da Procuradoria Geral da Casa no último biênio. O Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou a decisão, por meio de publicação no Diário Oficial da União de 10 de novembro de 2014. No caso de Pernambuco, o número de cadeiras no Parlamento Estadual seria reduzido de 49 para 47, mas permaneceu o mesmo.

Além de prestar assessoria jurídica ao presidente da Assembleia, à Mesa Diretora, às Comissões e aos deputados - mediante parecer sobre consultas, editais, contratos, convênios, regulamentos e outros -, e de emitir parecer sobre processos administrativos de interesse de servidores da Casa, a Procuradoria realiza estudos sobre assuntos jurídicos, fornecendo parecer, orientando e propondo medidas sobre sua aplicabilidade.

Ao longo do período, os membros da Procuradoria emitiram 1.494 pareceres, expediram 170 ofícios, encaminharam 574 comunicações internas e realizaram 51 manifestações por cota - aquelas que são feitas diretamente no processo, sem a utilização do protocolo por petição - relacionados aos processos administrativos que tramitaram na Casa. Quanto aos processos judiciais impetrados pelo Poder, ou que foram objeto de interesse do Legislativo, a Procuradoria prestou informações em cinco mandados de segurança e, em relação a um deles, entrou com recurso. Os procuradores também deram informações em 11 Ações Diretas de Inconstitucionalidade e impetraram uma Adin. O setor ainda entrou com recurso contra uma ação popular e realizou recursos ou impugnações contra três autos de infração da Receita Federal.



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

OUVIDORIA

A Casa Joaquim Nabuco regulamentou, em dezembro de 2013, a Lei de Acesso à Informação, em consonância com a Legislação Federal. A norma, sancionada pela presidente Dilma Rousseff, em 2011, exige que os poderes públicos prestem esclarecimentos quando solicitados pelos cidadãos. A Ouvidoria da Assembleia Legislativa de Pernambuco é um desses mecanismos do Poder Legislativo do Estado. O órgão possibilita a qualquer pessoa, física ou jurídica, sem necessidade de apresentar motivo, o recebimento de informações públicas sobre o Poder Legislativo. Todo cidadão tem esse direito e deverá receber a resposta num prazo máximo de 30 dias a partir da solicitação.

A Ouvidoria é parte integrante do monitoramento e gestão da informação da Casa Joaquim Nabuco. No biênio 2013-2014, atuou na promoção do exercício da cidadania, ouvindo o cidadão e incentivando a sua participação e coatuação junto aos seus representantes. O órgão recebe e encaminha respostas a elogios, sugestões, questionamentos, reclamações ou denúncias sobre o funcionamento da Assembleia Legislativa, assegurando o direito constitucional de acesso às informações de interesse particular e coletivo. O setor coordenou curso para os servidores da Assembleia, sob o tema **Lei de Acesso à Informação, as Ouvidorias Legislativas e a Experiência Australiana**, realizado pela Escola do Legislativo.

AUDITORIA

A Auditoria da Assembleia Legislativa, instituída pela Lei nº 12.766/2005, tem como tarefa central os exames, análises, avaliações, levantamentos e comprovações metodologicamente estruturados dos sistemas contábil, financeiro, orçamentário, patrimonial e operacional da Casa.

Seu foco é a avaliação da integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos, sistemas de informações e controles internos integrados, por meio de parcerias com as Unidades Administrativas do Poder Legislativo, no que concerne ao cumprimento das diretrizes, planos e programas, observando sempre as normais legais.

A equipe da Auditoria da Alepe é composta por profissionais e estagiários das áreas de Administração, Direito, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas.

As principais atividades desenvolvidas no biênio referem-se à análise de 1.692 processos de verba indenizatória dos deputados; análise de 105 processos de suprimento individual de servidores; e avaliação de 21 balancetes financeiros, elaborados pela Superintendência de Planejamento e Gestão.

O setor também acompanhou os pareceres mensais das Demonstrações Contábeis da Alepe, emitidos por empresa especializada, além da análise de 203 processos licitatórios. Todos os pagamentos realizados pela Assembleia, antes da assinatura dos ordenadores de despesas, também foram examinados pela Auditoria, compreendendo 811 empenhos, 3.474 subempenhos e 168 processos de operadoras de telefonia.

As prestações de contas anuais junto ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) também foram acompanhadas pela Auditoria. O órgão buscou implementar em sua plenitude as recomendações e determinações do TCE, no propósito de aprimorar as atividades-fim, com o uso racional dos recursos disponíveis.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



CERIMONIAL

O Cerimonial é responsável pela coordenação das audiências públicas, Grandes Expedientes Especiais, Reuniões Solenes, homenagens, entrega de Títulos de Cidadão, concessão de medalhas, visitas de autoridades estrangeiras, Aulas de Cidadania e confecção de convites, placas, diplomas e das pautas dos eventos da Casa. No biênio, o setor realizou 115 Reuniões Solenes e entregou 79 medalhas e honrarias.

Foram 49 Grandes Expedientes Especiais e 65 audiências públicas realizados no período. O Cerimonial foi responsável por receber 11 visitas protocolares de autoridades estrangeiras - como embaixadores e cônsules - realizar dois seminários e coordenar as posses do ex-governador João Lyra Neto e do atual governador, Paulo Câmara.

Com o apoio do Cerimonial, as Aulas de Cidadania alcançaram público de 1.215 pessoas, entre alunos e professores, que conheceram de perto as atividades da Assembleia Legislativa. Outros 2.540 visitantes de escolas públicas e privadas, faculdades e cursos também contaram com o trabalho realizado pelo setor.

No biênio que passou foram realizados, ainda, oito velórios no Palácio Joaquim Nabuco, o que também demanda a atuação do Cerimonial. Foram velados na sede do Legislativo autoridades, artistas e personalidades, como o ex-ministro Fernando Lyra, o deputado federal Sérgio Guerra, os cantores Dominginhos e Reginaldo Rossi e o artista plástico Abelardo da Hora.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

ESCOLA DO LEGISLATIVO

A Escola do Legislativo (Elepe) iniciou as atividades do biênio 2013-2014 promovendo um Seminário de Formação Política para assessores e gestores dos Legislativos Estadual e municipais da Região Metropolitana do Recife (RMR). Realizou cursos sobre temas como habilidades comunicativas para jornalistas, pilotagem defensiva, tiro defensivo na prevenção da vida e processo judicial eletrônico, certificando 413 alunos. Também apoiou a realização do Seminário Alepe Digital, organizado pela Superintendência de Comunicação Social. O curso de pós-graduação em Direito Público e Poder Legislativo foi concluído em 2013, em parceria com a Universidade de Pernambuco (UPE), e resultou na titulação de 50 alunos.

No início de 2014, a Elepe ministrou cursos para aperfeiçoamento dos servidores na área de assessoria parlamentar, enfocando temas como Redação Oficial, Gestão de Projetos, Direito Eleitoral, Oratória, Marketing Político e Etiqueta Profissional. Além de parlamentares e funcionários da Casa Joaquim Nabuco, participaram dos cursos profissionais ligados a outras casas legislativas e servidores públicos vinculados ao processo parlamentar. Em maio, 28 alunos de pós-graduação em Formação Política e Processo Legislativo receberam o certificado de conclusão do curso, realizado também em parceria com a Universidade de Pernambuco (UPE).

A partir do segundo semestre, a Escola iniciou os cursos de Formação em Gestão Documental, que certificaram 40 alunos. Também foram realizados os cursos de Lei de Acesso à Informação, Espanhol Avançado, Direção Defensiva e Pilotagem Defensiva, totalizando 48 turmas e 429 certificados expedidos pela unidade educacional.

Por meio do Ato 878, de 4 de abril de 2014, foi nomeado um grupo de trabalho responsável por propor alterações na estrutura pedagógica, administrativa, funcional e orçamentária da Escola do Legislativo. Em setembro, foi lançado o Sistema Informatizado de Levantamento das Necessidades dos Servidores da Assembleia Legislativa de Pernambuco, com o objetivo de avaliar as necessidades de capacitação dos funcionários. Uma pesquisa ofereceu cerca de 60 tópicos com sugestões de cursos para verificar o nível de conhecimento dos profissionais em diversas áreas.

SUPERINTENDÊNCIA DE SAÚDE E MEDICINA OCUPACIONAL

A Superintendência de Saúde e Medicina Ocupacional da Assembleia Legislativa oferece aos deputados e servidores da Casa atendimento médico e emergencial de qualidade. No biênio 2013-2014, os profissionais que atuam no setor realizaram diversas consultas e exames, entre outros procedimentos. Foram oferecidos atendimentos em 13 especialidades médicas, além de terem sido realizados pequenos procedimentos cirúrgicos.

Nesse período, a superintendência realizou consultas em áreas como cardiologia, ginecologia, oftalmologia, endocrinologia, psicologia, entre outras. O setor também ofereceu exames laboratoriais de análise clínica ao público atendido, conforme a necessidade.





COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES



CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

Entre os projetos aprovados pela CCLJ, no biênio (2013-2014), ganharam destaque os que criam o Conselho Estadual de Política Cultural e o Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural. As matérias, de autoria do Poder Executivo, visam contribuir para a formulação da política estadual de cultura e para a democratização do segmento. O colegiado é responsável pela análise da constitucionalidade dos projetos.

Várias proposições de iniciativa parlamentar também tramitaram pela Comissão nesse período. Entre elas, a que cria o Código Estadual de Proteção aos Animais e a que obriga a disponibilização de um exemplar impresso da Cartilha de Orientação às Crianças e Adolescentes para Prevenção contra a Alienação Parental, nas bibliotecas das escolas públicas e privadas de Pernambuco, bem como em formato digital, nos sítios eletrônicos institucionais do Estado.

O colegiado também analisou iniciativa que obriga as empresas que comercializam pneus a instalarem coletores de lixo recicláveis. A matéria prevê que sejam fixadas mensagens educativas com o objetivo de estimular a preservação do meio ambiente.

Ao longo desses dois anos, a Comissão de Justiça também realizou audiências públicas, debatendo temas como o estímulo à realização de biometria junto ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE), no município do Recife, assim como a disponibilização de verba extra para os municípios litorâneos de Itamaracá, São José da Coroa Grande e Tamandaré.



FINANÇAS, ORÇAMENTO E TRIBUTAÇÃO

No biênio compreendido entre 2013 e 2014, a Comissão de Finanças realizou 37 reuniões ordinárias e duas extraordinárias, nas quais foram distribuídos 451 projetos de lei, sendo 366 aprovados. O colegiado, sempre que julgou necessário, convidou representantes do Poder Executivo para debater questões relativas ao seu foco regimental de atuação: orçamento, finanças públicas e tributação.

A Comissão também promoveu a apresentação dos Relatórios de Gestão Fiscal dos quadrimestres, realizada pelo secretário estadual da Fazenda, com o objetivo de demonstrar o desempenho do setor econômico-financeiro do Estado no período determinado.

Além das análises de projetos que lhe coube apreciar, o colegiado instalou dois grupos de trabalho tendo como tema central Orçamento Público. O primeiro teve a finalidade de avaliar e propor aprimoramentos à condução dos trabalhos referentes ao papel da Assembleia Legislativa na apreciação dos Projetos de Lei do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual do Estado. Também foi proposta uma nova dinâmica à atuação dos gabinetes parlamentares no acompanhamento on-line, via e-Fisco, do andamento da execução das emendas parlamentares ao Orçamento. O grupo promoveu, ainda, um Seminário sobre Orçamento Público, com a participação de consultores da Câmara dos Deputados, que discutiu temas relativos à Lei Orçamentária. Já a segunda equipe foi criada para planejar as fases de análise do Projeto de Lei Orçamentária Anual 2015 e da Revisão do Projeto de Lei do Plano Plurianual 2012-2015.

Além dessas atividades, o colegiado promoveu encontros entre representantes de secretarias e outras entidades do Executivo, visando estabelecer canais de diálogo entre deputados e assessores quanto à apresentação, acompanhamento do trâmite e consolidação da execução de emendas parlamentares.



COMISSÕES PERMANENTES



ASSUNTOS INTERNACIONAIS

Ações visando fortalecer e estreitar a relação de Pernambuco com diversos países marcaram o trabalho realizado no biênio 2013-2014 pela Comissão de Assuntos Internacionais. O colegiado tratou, ao longo desse período, de temas como a disputa da Argentina com o Reino Unido pela posse das Ilhas Malvinas, localizadas no Atlântico Sul; a conjuntura econômica de países do Mercosul; entre outros.

No biênio, integrantes da Comissão também se reuniram com o ex-senador e representante do Governo da China em Pernambuco, Ney Maranhão, para tratar sobre a implementação de novos negócios para o Estado.

Além disso, o colegiado promoveu encontro para avaliar a possibilidade de viabilizar um Plano de Ação visando ao fortalecimento institucional da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), organização intergovernamental composta por 12 países da América do Sul.

As atribuições da Comissão de Assuntos Internacionais compreendem estudos referentes à celebração de contratos e convênios entre o Estado e outros países; a análise de investimentos externos no Estado; a aproximação da Assembleia Legislativa junto a Consulados e representações internacionais sediados em Pernambuco; entre outros.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

A Comissão tem a atribuição de analisar as matérias relativas aos assuntos de ordem econômica, política industrial, comercial, agrícola e mineral e qualidade industrial. Também se incluem projetos relacionados ao comércio interestadual, à política de importação e exportação, bem como à política e ao sistema estadual de turismo e exploração das atividades e dos serviços turísticos.

Durante o biênio passado, 134 projetos foram analisados pelo colegiado. Desses, 106 foram de iniciativa do Poder Legislativo e outros 28 do Executivo. Do total, 49 matérias foram aprovadas, a maioria relacionada ao desenvolvimento econômico do Estado. Destaque para aquelas que beneficiam diretamente o cidadão, como o projeto que torna obrigatória a presença de farmacêutico responsável técnico nos quadros das empresas transportadoras de medicamentos e insumos farmacêuticos.

Outras matérias aprovadas foram a que estabelece regras para academias de ginástica e a que obriga supermercados a expor em uma mesma gôndola produtos elaborados sem a utilização de glúten.



COMISSÕES PERMANENTES

CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR

A atuação visando à garantia dos direitos sociais consagrados à população norteou as atividades do colegiado no biênio 2013-2014. Foram realizadas 24 audiências públicas, ao longo do ano de 2013, e cinco, em 2014, atendendo a demandas e interesses da sociedade. Temas como o Projeto Novo Recife; a qualidade do transporte público no Estado; a violência das torcidas organizadas; a situação dos presídios em Pernambuco; e as políticas públicas e situação dos meninos e meninas de rua estiveram na pauta das discussões.

A Comissão realizou 32 reuniões ordinárias, uma extraordinária e um Grande Expediente Especial, em homenagem aos 50 anos de atividades da Cidade Evangélica dos Órfãos. As atividades incluíram, ainda, o recebimento de 99 denúncias, a discussão de 117 projetos e o atendimento a 1.375 pessoas durante o biênio.

Além disso, foram apresentadas propostas de autoria da Comissão contra os serviços prestados pelo MetroRec à população pernambucana; contra as torcidas organizadas e o cancelamento de créditos das passagens de ônibus.





AGRICULTURA, PECUÁRIA E POLÍTICA RURAL

Ações para diminuir os efeitos da estiagem e em defesa dos animais foram alguns dos assuntos discutidos pela Comissão no biênio. Em 2014, o destaque foi a aprovação do texto que, depois de submetido ao Plenário e sancionado pelo então governador Eduardo Campos, tornou-se a Lei 15.226/2014, conhecida como Código Estadual de Proteção aos Animais.

Ao longo de 2014, o grupo realizou oito reuniões ordinárias e três extraordinárias. Nove projetos de lei foram apreciados, e cinco pareceres foram encaminhados pelo colegiado para análise e votação em Plenário.

No ano de 2013, os efeitos da pior seca da história recente estiveram na pauta dos trabalhos do grupo, que realizou uma série de reuniões itinerantes em diversas regiões do Estado. Nesses locais, a Comissão promoveu audiências públicas e visitas para conferir de perto os efeitos da falta de chuvas para produção agropecuária.

Houve, na época, um esforço concentrado de mobilizações. Depois de os parlamentares visitarem Petrolândia, no Sertão de Itaparica, receberam, na Alepe, o então secretário da Agricultura e Reforma Agrária, Ranilson Ramos, para debater as ações do Governo no combate à seca.

Os deputados também estiveram no Araripe, realizando audiência pública em Araripina e reunião com pecuaristas em Bodocó. Em seguida, foram ao Agreste, com visita à área rural de Buíque e a realização de audiência pública em Pesqueira.

Outro destaque da Comissão foi a participação, representando a Alepe, na 72ª Exposição Nordestina de Animais e Produtos Derivados, no Parque de Exposições do Cordeiro, no Recife. Em 2013, a Comissão apreciou 21 projetos de lei e emitiu 14 pareceres.

COMISSÕES PERMANENTES

MEIO AMBIENTE

Durante o último biênio, a Comissão teve um papel atuante na avaliação de 64 projetos e discussão de importantes questões ambientais para o Estado, por meio de visita técnica, participação em eventos externos e realização de 12 audiências públicas.

Entre as audiências públicas, destaque para a da Frente Parlamentar Ambientalista, que lançou um grupo de trabalho para acompanhar a implantação do Código Florestal do Estado; e a que debateu os impactos ambientais das obras do Arco Viário Metropolitano e sugeriu alternativas ao trajeto. O Comitê Estadual de Monitoramento de Incidentes com Tubarões (Cemit) também foi tema abordado pelo colegiado.

A obrigatoriedade de passa-fauna (tubulação de concreto para passagem subterrânea de animais) em projetos a serem executados em rodovias estaduais que atravessassem corredores ecológicos e a proibição do uso de animais para testes de produtos de higiene foram destaques entre as matérias aprovadas pela Comissão.





NEGÓCIOS MUNICIPAIS

Analisar matérias sobre a criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios; infraestrutura urbana; região metropolitana; situações adversas e de calamidade pública; entre outros assuntos, é competência da Comissão de Negócios Municipais da Assembleia Legislativa.

No biênio 2013-2014, tramitaram pelo colegiado 74 projetos, sendo todos aprovados. Entre eles, o de nº 1656/2013, de autoria do Poder Executivo. A proposta tratou da doação do domínio útil do imóvel denominado Encanta Moça ao município do Recife, para a implantação da Via Mangue.

A Comissão também realizou audiência pública sobre os limites territoriais entre os municípios do Recife, Olinda, Paulista e Jaboatão dos Guararapes, além de reuniões ordinárias para a análise dos projetos apresentados.

COMISSÕES PERMANENTES

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA

A mudança no Orçamento Estadual para ciência e tecnologia, advinda da Emenda Constitucional nº 38, de 16 de dezembro de 2013, foi um dos principais assuntos analisados pela Comissão no biênio passado. A alteração foi tema de audiência pública, em junho de 2014, que reuniu representantes de universidades e órgãos do setor.

Em suas 20 reuniões ordinárias e extraordinárias no período, o colegiado, responsável por avaliar as matérias relativas à política estadual científica e tecnológica, apreciou um total de 42 projetos de lei, sendo um rejeitado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (CCLJ). Das propostas restantes, 27 receberam parecer da Comissão e 14 aguardam parecer da CCLJ. O grupo realizou ainda cinco audiências públicas e dois Grandes Expedientes Especiais em comemoração às Semanas Nacional e Pernambucana de Ciência e Tecnologia, em outubro de 2013 e de 2014.

Os deputados que compõem o colegiado ainda visitaram instituições como a Universidade de Pernambuco (UPE), a Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia (Facepe), a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e o evento Ciência Jovem.





SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Com o objetivo de acompanhar as questões que envolvem a saúde pública de Pernambuco, a Comissão de Saúde promoveu 38 reuniões ordinárias, 21 audiências públicas e cinco visitas ao longo do biênio 2013-2014.

Nesse período, tramitaram 124 projetos de lei no colegiado, dos quais 61 foram aprovados. Destaque para a proposição de nº 1495/13, de autoria do Poder Executivo, instituindo o Programa de Formação do Sistema Único de Saúde (Formasus), que oferece bolsas de estudos para alunos da rede pública de ensino na área de saúde, visando à preparação de profissionais para o setor.

Entre os projetos de lei de iniciativa parlamentar aprovados, destaca-se o que criou a Semana de Consciência contra a Obesidade Infantil, a fim de combater os danos à saúde infantil decorrentes da má alimentação. Outra matéria de relevo obriga as operadoras de planos de saúde a avisar aos consumidores sobre o credenciamento de hospitais e médicos.

Políticas estaduais voltadas à saúde da mulher e reivindicações dos profissionais da área de enfermagem também foram temas de discussões durante os encontros promovidos pela Comissão.

COMISSÕES PERMANENTES

ÉTICA PARLAMENTAR

No biênio 2013-2014, a ausência de demanda para a Comissão de Ética da Casa representa um ponto positivo na atuação do Legislativo. O colegiado, formado por 14 deputados (sete titulares e sete suplentes), analisa e aplica as medidas disciplinares publicadas no Código de Ética Parlamentar, aprovado em 2003. O documento trata da ética e do decoro que devem caracterizar a atuação dos deputados estaduais no exercício do mandato.

O colegiado não possui uma estrutura administrativa e se reúne apenas quando necessário, diante de alguma demanda. O apoio administrativo é prestado pela Superintendência Geral e a assessoria jurídica, pela Procuradoria Geral. Atender consultas da Mesa Diretora, das Comissões e dos deputados também são algumas das responsabilidades do colegiado. Cabe à Comissão de Ética Parlamentar encaminhar à Presidência esclarecimentos a reportagens da mídia em geral que representem ofensa à dignidade de qualquer parlamentar ou ao Poder Legislativo.





ESPORTE E LAZER

Durante o biênio, tramitaram na Comissão de Esporte e Lazer 42 projetos de lei, sendo 35 de autoria do Legislativo e outros sete do Executivo. Do total, 24 propostas foram aprovadas. Dentre elas, a que determina a realização de vistoria anual com laudo técnico em brinquedos de parques infantis, escolas públicas e privadas, bufês, condomínios, hotéis e clubes.

Também figura entre os projetos aprovados o que restringe o consumo e a comercialização de cigarros ou qualquer outro produto derivado ou não do tabaco, nos estádios de futebol. Outro destaque é a matéria que determina a gratuidade de ingresso aos deficientes em eventos esportivos realizados em Pernambuco.

No período, a Comissão também realizou três audiências públicas com foco na Copa do Mundo de 2014. Os temas abordados foram a violência de torcidas organizadas; reformas nos aeroportos regionais do Estado; e a análise da Copa das Confederações e definição de ações para a Copa do Mundo de 2014.

É competência do colegiado analisar matérias relativas a práticas esportivas formais e não formais, bem como atividades de lazer ativo e contemplativo. Além desses assuntos, os que envolvem atividades de educação física, esporte e lazer para pessoas portadoras de deficiência. Também faz parte das atribuições dessa Comissão avaliar projetos que destinam recursos públicos para a promoção do lazer, recreação, esporte escolar e não profissional e, ainda, acompanhar a política estadual sobre os temas.

COMISSÕES PERMANENTES



ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O colegiado realizou cinco audiências públicas que debateram temas de interesse do Estado no biênio. Entre eles, as novas regras para a exploração e concessão de portos no País e a nomeação de servidores que prestaram concurso público para o município de Ibimirim (Sertão).

Também durante o período, tramitaram no colegiado 865 projetos de lei, sendo 221 remanescentes de anos anteriores, mas só aprovados no biênio 2013-2014. Entre as propostas discutidas, 223 foram de autoria do Poder Executivo, 387 de autoria parlamentar, 16 do Poder Judiciário e 18 enviadas por outros órgãos. Das proposições apresentadas, uma teve papel de destaque: a que determina a instituição de cota de 5% em cursos técnicos e profissionalizantes da Rede Pública Estadual para adolescentes egressos de abrigos, casas-lares ou de instituições correlatas.

Ainda estão entre as atribuições da Comissão a criação, transformação ou extinção de cargos, carreiras, funções e fixação das remunerações e a fixação do efetivo das Polícias Civil e Militar, do Corpo de Bombeiros Militar e respectivas organizações.

REDAÇÃO FINAL

De acordo com o Regimento Interno da Assembleia Legislativa, é competência do colegiado a elaboração do texto final das proposições aprovadas em Plenário. No entanto, não passam pela Comissão as matérias que definem as leis do Plano Plurianual, das Diretrizes Orçamentárias, do Orçamento Anual, de revisão do Plano Plurianual e resoluções aprovadas sem emendas, salvo referentes a alterações regimentais.

No biênio 2013-2014, a Comissão elaborou 486 pareceres, incluindo o período extraordinário de janeiro de 2015. Entre eles, 401 projetos de lei ordinária, 67 de lei complementar, 13 de resolução e cinco de emendas à Constituição.

Desse total, destaque para o elevado número de projetos de lei de autoria parlamentar. Entre eles, está o de nº 1897/2014, que determina a adoção de sacos biodegradáveis para recolhimento de lixo em veículos novos e seminovos, no ato da entrega do automóvel pelas empresas revendedoras.

DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

A comemoração do Dia Internacional da Mulher em 2014 teve um caráter especial para a Comissão. Durante a celebração, o colegiado lançou uma página no Facebook, que, além de ser um canal informativo, tornou-se um espaço de encaminhamento de denúncias de violações aos direitos femininos. No biênio, a Comissão analisou projetos relevantes, como o que insere oficialmente a Assembleia na campanha mundial denominada Outubro Rosa, para alertar as mulheres pernambucanas sobre a importância da prevenção ao câncer de mama. Além do gesto simbólico de iluminar o prédio-sede da Alepe na cor rosa, a ação do colegiado incluiu palestras com médicos sobre as formas de evitar a doença.

O grupo também promoveu a campanha Novembro Azul, que visa conscientizar a população masculina sobre o câncer de próstata. Em parceria com o Serviço Social da Indústria (Sesi) e a Superintendência de Saúde e Medicina Ocupacional da Alepe, ofereceu exames preventivos aos funcionários.

Ainda no âmbito legislativo e de ação social, a Comissão analisou e aprovou o projeto para reforçar a divulgação da Lei Maria da Penha, norma federal criada para proteger as mulheres contra diversas formas de violência doméstica e familiar. A matéria, transformada em lei estadual em 2013, torna obrigatória a disponibilização do texto da legislação federal nas delegacias de polícia, escolas estaduais e bibliotecas públicas.

No biênio, o colegiado realizou 15 audiências públicas e eventos em conjunto com instituições de outros Poderes. Também se manteve a parceria com o Núcleo de Apoio à Mulher do Ministério Público do Estado, que permite à Comissão monitorar ações de proteção à mulher vítima de violência em Pernambuco.



COMISSÕES PERMANENTES



EDUCAÇÃO E CULTURA

A atuação da Comissão, no biênio 2013-2014, resultou na aprovação de 203 projetos. Em 2013, o colegiado votou e aprovou 128 matérias. No ano de 2014, acatou 75 propostas. Além disso, promoveu a realização de 24 audiências públicas, 34 reuniões ordinárias, quatro reuniões extraordinárias e 14 atividades extras.

Entre os projetos aprovados, matérias sobre a proibição do trote estudantil nas instituições de Ensino Superior; sobre a reserva obrigatória de assentos em teatros, cinemas, casas de shows e espetáculos em geral para acompanhante de pessoa com deficiência; e sobre a proibição de cobrança de taxas para emissão e registro de diplomas e outros documentos comprobatórios acadêmicos e escolares.

Temas como o Golpe Militar de 1964 e suas implicações na cultura e educação; a segurança alimentar nas unidades educacionais do Estado; a medicalização da educação e o combate à violência contra a população LGBT de Pernambuco estiveram na pauta das audiências públicas.

A Comissão também atuou na organização, com o Conselho Regional de Psicologia, do 1º Encontro **Construindo Vidas Despatologizadas**, em novembro de 2014, na Fafire.

The background features a photograph of a grand, classical-style building with multiple windows and arched doorways. The image is heavily stylized with a deep blue color overlay and a network of thin, light blue lines forming a geometric, low-poly pattern across the entire frame. The text is positioned on the left side, partially overlapping the building's facade.

COMISSÕES ESPECIAIS TEMPORÁRIAS



COMISSÃO ESPECIAL PARA ELABORAÇÃO DO CÓDIGO DE PROCEDIMENTO EM MATÉRIA PROCESSUAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Instalada em março de 2013, a Comissão elaborou um projeto de lei ordinária com critérios jurídicos para a padronização da rotina dos procedimentos em matéria processual no âmbito do Estado nas áreas civil e penal. A uniformidade deverá ser adotada por todos os envolvidos no processo, como magistrados, servidores, Ministério Público, advogados e as partes.

O Código especifica padrões para a expedição de mandados e alvarás, processos eletrônicos, carga dos autos, obtenção de cópias, cumprimento de diligência, entre outros.

Para a elaboração do Código, representantes de várias instituições foram ouvidos em dez reuniões. Entre elas, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ministério Público, Tribunal de Justiça, Polícia Militar, Polícia Civil, Associação e Sindicato dos Servidores do Tribunal de Justiça, Procuradoria do Estado e Defensoria Pública.

Com a iniciativa, Pernambuco passa a ser o primeiro Estado da Federação a ter um Código de Procedimento em Matéria Processual, que tem a finalidade de dar mais celeridade aos processos.



COMISSÃO ESPECIAL DO SETOR SUCROALCOOLEIRO

Funcionou de abril a setembro de 2013, no Legislativo Estadual. A seca que atingiu a Região Nordeste motivou a criação do colegiado, cuja preocupação central foi a elaboração de um plano estratégico de enfrentamento da crise no setor e na indústria da cana-de-açúcar.

Durante o período de atuação, a Comissão Especial realizou seis audiências públicas, visitas e vários debates, ouvindo instituições governamentais, da iniciativa privada e setores da sociedade civil organizada. As seguintes entidades estaduais contribuíram com as atividades: Associação dos Fornecedores de Cana, Federação dos Trabalhadores na Agricultura, Sindicato da Indústria do Açúcar e o Instituto de Pesquisa de Pernambuco. Ainda houve reuniões com representantes do setor sucroalcooleiro do Estado da Bahia e da Petrobras.

O colegiado constatou a falta de regulamentação e de política específica para o setor de mão de obra qualificada e de ações do Governo Federal como fatores impactantes para a crise. A Comissão apresentou várias propostas para retomar o crescimento da atividade. O Programa de Revitalização da Atividade Canavieira do Estado pretende recuperar a produção da cana-de-açúcar com o compromisso de firmar parceria público-privada entre Pernambuco e os trabalhadores, indústrias, fornecedores e usinas. Outras ideias propostas foram a reestruturação produtiva da Zona da Mata, a busca de financiamento público e a participação no Programa Poluição Zero da Petrobras.



COMISSÕES TEMPORÁRIAS



COMISSÃO ESPECIAL DA MATA NORTE E AGRESTE SETENTRIONAL

A Comissão foi criada no final de março de 2014, com o objetivo de discutir o desenvolvimento das regiões nos setores econômico, social e ambiental, a partir das mudanças resultantes da implantação de empreendimentos como a fábrica da Fiat, o Polo Farmacoquímico e o setor industrial de vidros planos. O colegiado realizou audiências públicas na Alepe e nos municípios de Goiana, Carpina e Bom Jardim, tendo os trabalhos concluídos no início de junho.

O relatório apresentado ao final das atividades contém 110 propostas. Elas foram divididas nas áreas de gestão pública, cultura e lazer, infraestrutura, meio ambiente e desenvolvimento urbano e econômico, mercado de trabalho e, ainda, nos setores de educação e capacitação de mão de obra e de políticas de assistência social e saúde, que tiveram maior destaque.

O documento foi entregue a todos os parlamentares da Casa e apresentado formalmente ao Governo do Estado. Também foi encaminhado às prefeituras pernambucanas, órgãos federais, estaduais e municipais e a empresas como Hemobrás e Fiat, além de entidades representativas do comércio e bibliotecas públicas estaduais.

COMISSÃO ESPECIAL DO PLANO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Três problemas identificados como causa central da evasão e do baixo índice de desempenho escolar são a moradia, a alimentação e o transporte. O diagnóstico foi realizado pela Comissão do Plano Estadual de Assistência Estudantil. Criado em agosto de 2013, o colegiado realizou quatro audiências públicas para conhecer os problemas que afetam a qualidade de vida dos estudantes pernambucanos. O grupo se comprometeu a entregar o relatório dos trabalhos ao atual governador do Estado, Paulo Câmara, e vai solicitar a ele a adoção de medidas em benefício da classe estudantil.

O relatório da Comissão foi elaborado a partir de sugestões colhidas nas reuniões com representantes de entidades, como a União Nacional dos Estudantes e a União dos Estudantes Secundaristas de Pernambuco. Entre as propostas contidas no documento, está a criação de um Conselho de Assistência Estudantil, formado por integrantes dos Poderes Legislativo e Executivo, entidades da sociedade civil organizada e professores.

Outra recomendação do relatório é a realização de um estudo para identificar o déficit de vagas na Casa do Estudante. A ideia é garantir a universalização da cobertura e atenção aos jovens que precisam desse tipo de auxílio. A instituição de políticas de incentivo a residências familiares para recepcionar os alunos também está entre as propostas. Ainda figuram entre as sugestões da Comissão Especial a implantação de refeitórios em todos os polos educacionais de nível superior e a criação do cartão de alimentação estudantil, creditado por meio do **Programa Todos com a Nota**, do Governo do Estado.





FRENTES PARLAMENTARES



FRENTES PARLAMENTARES

FRENTE EM DEFESA DOS COMERCIÁRIOS DE PERNAMBUCO

Fortalecer e potencializar ações em benefício dos trabalhadores do comércio. Esse foi o objetivo da Frente Parlamentar instalada, na Assembleia Legislativa, em fevereiro de 2014. O grupo voltou-se para as demandas do setor, entre elas a discussão sobre a jornada de trabalho e a igualdade na remuneração entre homens e mulheres.

Os comerciários vêm se consolidando como a maior categoria do País, com aproximadamente 12 milhões de trabalhadores, representados por 830 sindicatos, 28 federações e uma confederação. Pernambuco tem os números mais expressivos do setor na região Norte/Nordeste, com aproximadamente 110 mil comerciários.





FRENTE EM DEFESA DAS COMUNIDADES TERAPÊUTICAS

A Frente Parlamentar em Defesa das Comunidades Terapêuticas foi instalada em abril de 2013. O objetivo principal foi fazer com que o Estado esteja ativo nas atividades relacionadas aos centros de recuperação de drogas e também atuando no tratamento dos frequentadores das Comunidades Terapêuticas.

A Comunidade Terapêutica é um modelo residencial para o tratamento de dependentes de substâncias químicas ou substâncias psicoativas. Elas visam proporcionar a transformação de estilos de vida buscando modelos mais saudáveis e auxiliar na construção da identidade cidadã de cada indivíduo.

Foram realizadas duas audiências públicas e duas reuniões em 2013. Os parlamentares fizeram uma visita técnica à Casa de Recuperação de Viciados em Entorpecentes, localizada em Vitória de Santo Antão, e uma audiência pública que contou com a presença do secretário nacional de Políticas Antidrogas, Vitore Maximiano, vinculado ao Ministério da Justiça. Em discussão a regulamentação dessas casas de recuperação no Estado.

Em 2014, foram realizadas duas reuniões, uma delas na Câmara de Vereadores do Recife, onde foi debatida a minuta que disciplina e normatiza as Comunidades Terapêuticas no Brasil.

FRENTE EM DEFESA E PROTEÇÃO À PESSOA IDOSA

Com a missão de aumentar a assistência e a proteção ao idoso no Estado, uma Frente Parlamentar foi instituída em março de 2014. A primeira reunião contou com a presença de diversas entidades, que solicitaram mais debates de políticas públicas em torno do tema.

Em abril, a Frente começou a realização dos trabalhos com uma blitz para fiscalização do Abrigo Lar de Jesus, no bairro da Torre, no Recife. A visita, que contou com a participação de representantes do Ministério Público Estadual, serviu para examinar as condições de funcionamento do local, que abriga cerca de 35 idosas.

Foi constatada a situação precária na assistência médica das moradoras, fato que levou o grupo a pedir a interdição imediata do lugar. Por não haver outro espaço para o acolhimento das idosas, a Frente Parlamentar sugeriu que uma data fosse estabelecida para que o abrigo se adequasse às exigências legais de funcionamento.

Dando sequência aos trabalhos do colegiado na Casa Joaquim Nabuco, em junho foi realizado o Seminário para Saúde do Idoso no auditório da Alepe. O professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e cardiologista Hilton Chaves alertou o público a respeito dos problemas de saúde que podem surgir nessa faixa etária. O seminário também contou com a presença da psicóloga Marta Batista, da fisioterapeuta Gílvia Barros e da promotora de Cidadania da Pessoa Idosa da Capital, Luciana Dantas.



The background features a photograph of a classical building facade, likely a government or institutional structure, characterized by tall columns and arched windows. This image is overlaid with a semi-transparent blue layer that contains a network of thin white lines forming various geometric shapes, primarily triangles and polygons. A thick, solid blue vertical bar is positioned on the left side of the page, partially behind the text.

REPRESENTAÇÃO



REPRESENTAÇÃO MESA DIRETORA

MESA DIRETORA DO SEGUNDO BIÊNIO DA 17ª LEGISLATURA

Presidente

Deputado Guilherme Uchoa (PDT)

Primeiro Vice-Presidente

Deputado Marcantônio Dourado (PSB)

Segundo Vice-Presidente

Deputado André Campos (PSB)

Primeiro-Secretário

Deputado João Fernando Coutinho (PSB)

Segundo-Secretário

Deputado Claudiano Martins Filho (PSDB)

Terceiro-Secretário

Deputado Sebastião Oliveira Júnior (PR)

Quarto-Secretário

Deputado Eriberto Medeiros (PTC)

LÍDERES DAS BANCADAS DE GOVERNO E OPOSIÇÃO NO PERÍODO

Governo

Deputado Waldemar Borges (PSB)

Oposição

Deputado Daniel Coelho (PSDB), de 1/2/2013 a 3/2/2014

Deputado Sérgio Leite (PT), de 3/2/2014 até o fim do biênio

REPRESENTAÇÃO PARLAMENTARES

51 DEPUTADOS COMPUSERAM O SEGUNDO BIÊNIO DA 17ª LEGISLATURA (ATÉ JANEIRO DE 2015)

Adalberto Cavalcanti (PTB)	Everaldo Cabral (PP)
Adalto Santos (PSB)	Francismar Pontes (PSB)
Aglailson Júnior (PSB)	Guilherme Uchoa (PDT)
Alberto Feitosa (PR)	Gustavo Negromonte (PMDB)
Aluísio Lessa (PSB)	Henrique Queiroz (PR)
André Campos (PSB)	Isaltino Nascimento (PSB)
Ângelo Ferreira (PSB)	João Fernando Coutinho (PSB)
Antônio Moraes (PSDB)	Júlio Cavalcanti (PTB)
Augusto César (PTB)	Laura Gomes (PSB)
Beatriz Vidal (PTC)	Leonardo Dias (PSB)
Betinho Gomes (PSDB)	Manoel Santos (PT)
Botafogo Filho (PDT)	Marcantônio Dourado (PSB)
Bringel (PSDB)	Mary Gouveia (PSB)
Claudiano Martins Filho (PSDB)	Maviael Cavalcanti (DEM)
Clodoaldo Magalhães (PSB)	Odacy Amorim (PT)
Daniel Coelho (PSDB)	Pastor Cleiton Collins (PP)
Diogo Moraes (PSB)	Pedro Serafim Neto (PDT)
Eduardo Porto (PSDB)	Raimundo Pimentel (PSB)
Eriberto Medeiros (PTC)	Ramos (PMN)

REPRESENTAÇÃO PARLAMENTARES

Raquel Lyra (PSB)
Ricardo Costa (PMDB)
Rildo Braz (PRP)
Rodrigo Novaes (PSD)
Sebastião Oliveira Júnior (PR)
Sérgio Leite (PT)
Sílvio Costa Filho (PTB)

Teresa Leitão (PT)
Terezinha Nunes (PSDB)
Tony Gel (PMDB)
Vinícius Labanca (PSB)
Waldemar Borges (PSB)
Zé Maurício (PP)

DEPUTADOS LICENCIADOS

Betinho Gomes (PSDB), de 5/8/2013 a 13/10/2014

Eriberto Medeiros (PTC), de 5/11/2013 a 9/3/2014

SUPLENTES

Beatriz Vidal (PTC)

- *Exerceu mandato de 5/11/2013 a 9/3/2014, durante licença de Eriberto Medeiros (PTC).*

Bringel (PSDB)

- *Exerceu mandato de 5/8/2014 a 13/10/2014, durante licença de Betinho Gomes (PSDB).*

PRESIDENTES DAS COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES

Comissão de Constituição, Legislação e Justiça – Raquel Lyra (PSB)

Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação – Clodoaldo Magalhães (PSB)

Comissão de Administração Pública – Raimundo Pimentel (PSB)

Comissão de Negócios Municipais – Francismar Pontes (PSB)

Comissão de Educação e Cultura – Teresa Leitão (PT)/Laura Gomes (PSB)

Comissão de Esporte e Lazer – Vinícius Labanca (PSB)

Comissão de Meio Ambiente – Aluísio Lessa (PSB)

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural – Diogo Moraes (PSB)/Sílvio Costa Filho (PTB)

Comissão de Saúde e Assistência Social – Odacy Amorim (PT)

Comissão de Ciência, Tecnologia e Informática – Terezinha Nunes (PSDB)

Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular – Betinho Gomes (PSDB)

Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo – Leonardo Dias (PSB)

Comissão de Assuntos Internacionais – Pastor Cleiton Collins (PP)/Ricardo Costa (PMDB)

Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher – Mary Gouveia (PSB)

Comissão de Ética Parlamentar – Antônio Moraes (PSDB)

Comissão de Redação Final – Everaldo Cabral (PP)

PRESIDENTES DAS COMISSÕES ESPECIAIS TEMPORÁRIAS

Comissão Especial do Setor Sucroalcooleiro – Henrique Queiroz (PR)

Comissão Especial da Mata Norte e Agreste Setentrional – Isaltino Nascimento (PSB)

Comissão Especial para Elaboração do Código de Procedimento em Matéria Processual –
Rodrigo Novaes (PSD)

Comissão Especial para Elaboração do Plano Estadual de Assistência Estudantil – Teresa Leitão (PT)

COORDENADORES DAS FRENTES PARLAMENTARES

Frente Parlamentar em Defesa dos Comerciantes de Pernambuco – Ramos (PMN)

Frente Parlamentar em Defesa e Proteção à Pessoa Idosa – Terezinha Nunes (PSDB)

Frente Parlamentar em Defesa das Comunidades Terapêuticas – Pastor Cleiton Collins (PP)

CORPO EXECUTIVO

Auditoria – Maria Gorete Pessoa de Melo

Superintendência de Comunicação Social – Paula Imperiano/Margot Dourado

Superintendência de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo – Cynthia Barreto

Superintendência de Saúde e Medicina Ocupacional – Aldo Mota

Secretaria Geral da Mesa Diretora – Ana Olímpia Celso de M. Severo

Superintendência Militar e de Segurança Legislativa – Cel. Ricardo Ferreira de Lima

Cerimonial – Francklin Bezerra Santos

Escola do Legislativo – Jurandir Bezerra Lins (*in memoriam*)/Sebastião Rufino

Procuradoria Geral – Ismar Teixeira Cabral

Superintendência Geral – Marcelo Cabral e Silva

Superintendência Administrativa – José Lourenço de Sobral Neto

Superintendência de Tecnologia da Informação – Bráulio José de Lira Clemente Torres

Superintendência de Planejamento e Gestão – Edécio Rodrigues de Lima

Superintendência de Gestão de Pessoas – Sérgio Maurício Coutinho

Ouvidoria – Douglas Stravos Diniz Moreno

EXPEDIENTE

Superintendência de Comunicação Social – Margot Dourado

Coordenação Editorial – Margot Dourado, Marconi Glauco e Cláudia Lucena

Textos – Ana Cláudia Braga, Antônio Magalhães, Dianely Sales, Isabella Barbosa, Kiki Marinho, Mara Amorim, Natália Câmara, Nathália Bormann, Regina Moraes, Solange Mendonça, Victor Moury, Fabiane Cavalcanti, Manoela Moreira, Sandra Salisvânia, Yanna Araújo, Fernandino Neto, Bruna Suianne, Renata Varjal, Fernanda Rodrigues, Anselmo Monteiro, Carol Flores, Fernando Rolim, Lana Almeida, Mariana Fontes, Mirella Santos e Verônica Barros.

Revisão – Ana Lúcia Lins, Fabiane Cavalcanti e Natália Câmara

Revisão Final – Cláudia Lucena

Fotos – Acervo Alepe

Edição de Fotos – Breno Laprovítera e Marconi Glauco

Tratamento de Imagem – Lucas Neves

Projeto Gráfico – Impacto Comunicação e Marketing

Impressão – Artes Gráficas do Brasil









**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE PERNAMBUCO**

A CASA DE TODOS OS PERNAMBUCANOS

www.alepe.pe.gov.br • facebook.com/assembleiape • twitter.com/alepeoficial • instagram.com/fotoalepe